

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO TREZE DO COMITÊ DO ITAJAÍ

1 Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quatro, reuniram-se, no Auditório da AMFRI–
2 Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí, sito à rua Luíz Lopes Gonzaga, número mil
3 seicentos e cinquenta e cinco, no bairro São Vicente, no Município de Itajaí, os membros do
4 Comitê do Itajaí e demais convidados. Dando início à assembléia, o Senhor Célio José Bernardino
5 iniciou o Cerimonial de Abertura convidando para compor a mesa as seguintes autoridades:
6 Senhora Maria Izabel Pinheiro Sandri, Presidente do Comitê do Itajaí; Senhora Beate Frank,
7 Secretária Executiva do Comitê; Senhor Wilerson Neves, Superintendente da FAMAI e
8 representante do Prefeito Municipal de Itajaí, Senhor Jandir Bellini; Senhor Leonir Lunelli,
9 Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Ibirama; Senhor Deputado
10 Cezar Cim, representando o Presidente da ALESC o Senhor Volnei Morastoni; Senhora Maria
11 Juçara Pamplona, Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí; Senhor Dr. Alexandre Herculano
12 Abreu, Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público;
13 Senhor João Guilherme Cunha, Diretor de Recursos Naturais e Gestão Ambiental, representante da
14 Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente; e o Senhor Nelson
15 Fidelis, representando o Presidente da FATMA. Após a formação da mesa de cerimônia convidou-
16 se os presentes para acompanharem de pé a execução do Hino Nacional Brasileiro. Dando início a
17 Assembléia, a Senhora Maria Izabel Pinheiro Sandri saúda os componentes da mesa e os demais
18 presentes, dizendo que Itajaí está feliz por estar sediando a última assembléia do ano do Comitê do
19 Itajaí, e agradecer a AMFRI por ceder o espaço para a assembléia. A Senhora Maria Juçara
20 Pamplona cumprimenta a Senhora Presidente e a todos os presentes dizendo que é uma alegria
21 poder participar das reuniões do Comitê. Passou a palavra para o Senhor Deputado Cezar Cim que
22 cumprimenta a Senhora Presidente como a todos os presentes em seu nome. Como membro do
23 Comitê e em nome do Senhor Volnei Morastoni, que por motivo de viagem não pode se fazer
24 presente, deseja que o trabalho seja proveitoso. Encerra-se o cerimonial e desfaz-se a mesa de
25 autoridades, convidando a permanecer a Senhora Maria Izabel e a Senhora Beate Frank. A
26 Presidente coloca em discussão a ata da assembléia anterior, realizada dia 23 de setembro de 2004,
27 dispensando a leitura. Sem sugestões de modificações a ata foi aprovada por unanimidade dos
28 membros presentes. A Senhora Beate Frank fez a leitura das ausências justificadas, por escrito: o
29 Senhor Volnei Morastoni, Presidente da ALESC (Presidente da Assembléia Legislativa de Santa
30 Catarina); o Senhor Engenheiro Civil Milton Sant'Anna, representante do DEINFRA
31 (Departamento de Infra Estrutura do Estado de Santa Catarina); Senhor Aloir Arno Spengler
32 representante da Uniasselvi; Senhor Héctor Raúl Muñoz Espinosa, Diretor de Recursos Hídricos
33 da Secretaria de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente; e a Senhora Eng. Marta
34 Elisabete Souza Kracik, Técnica da Diretoria de Recursos Hídricos da mesma SDS. A Senhora
35 Maria Izabel Pinheiro Sandri solicita aos membros do Conselho Administrativo da Fundação
36 Agência da Água que teria algumas questões administrativas para tratar ao final da Assembléia.
37 Passa a palavra à Senhora Beate que lembrou que fossem definidas as datas das assembléias
38 ordinárias do próximo ano pois é uma exigência regimental. O vice-presidente Senhor Jacir
39 Pamplona colocou o auditório do Frigorífico Riosulense à disposição para que fosse realizada a
40 primeira Assembléia Geral Ordinária no dia 14 de Abril de 2005 (quinta feira) e no período da
41 tarde se faria uma visita ao Frigorífico. A segunda Assembléia Geral Ordinária do ano ficou

42 marcada para o dia 10 de novembro de 2005 (quinta-feira), em local a ser definido na próxima
43 AGO; 2) **Apresentação do Posicionamento das várias instâncias governamentais, do setor**
44 **Empresarial e do Ministério Público Estadual sobre o tema “A FATMA no Vale do Itajaí”,**
45 **visando ao aprimoramento da gestão Ambiental da Bacia do Itajaí.** A) O secretário de Estado
46 da SDS Senhor Sérgio Godinho foi representado pelo Senhor João Guilherme da Cunha, que falou
47 sobre A VISÃO DA SDS PARA A GESTÃO AMBIENTAL DO ESTADO DE SANTA
48 CATARINA. João Guilherme mencionou que a SDS entende que a bacia hidrográfica deve ser
49 adotada como unidade de gestão territorial; que em agosto de 2003 o governo do Estado definiu
50 uma agenda positiva com a FECAM para a gestão ambiental; que a assinatura do Decreto 620/03
51 prevê a descentralização da gestão ambiental; que o governo busca desenvolver a base legal hoje
52 inexistente para desenvolver ações, como a lei de saneamento; que o CONSEMA desenvolveu a
53 resolução 01/04 que define critérios para a descentralização da gestão ambiental, incluindo a
54 divisão da responsabilidade com a sociedade civil e a previsão de recursos para capacitar gestores;
55 que o governo entende que consórcios podem ser uma solução para pequenos municípios. Enfim, o
56 fortalecimento do SISNAMA tem sido a busca das ações do governo. B) O Secretário Adjunto da
57 SDR de Ibirama Senhor Leonir Lunelli falou sobre O PAPEL DAS SDRs NO
58 GERENCIAMENTO AMBIENTAL REGIONAL. O Sr. Lunelli argumentou a favor da
59 descentralização estadual para organizar e gerir melhor, e explicou as dificuldades desta mudança.
60 Exemplificou através de uma tentativa da SDR Ibirama, que solicitou ao governo o trabalho de um
61 técnico para auxiliar no licenciamento, o qual não tinha preparo nem disposição para trabalhar. Por
62 isto mesmo, a SDR sente a necessidade de esclarecer competências e aguarda ansiosamente pelo
63 projeto de reestruturação administrativa para 2005. C) O Senhor Jânio Wagner Constate, Diretor
64 Geral da Fatma, foi representado pelo Senhor Nelson Fidelis que falou sobre FATMA:
65 COMPETÊNCIAS LEGAIS E SUA ARTICULAÇÃO INTER-INSTITUCIONAL. Ele deu uma
66 visão geral das competências da FATMA, com base no Decreto 3572, de 18/12/98m dizendo que a
67 FATMA desenvolve alguns projetos, muito pouco as potencialidades de recursos naturais e
68 diversos programas de unidades de conservação. Quanto à articulação institucional, existe no nível
69 federal, no nível estadual principalmente com o Batalhão da Polícia Ambiental, no nível
70 municipal, e no nível regional com Comitês de Bacia Hidrográfica e com ONGs. Existe muita
71 preocupação na FATMA acerca do projeto Cíceros de reforma administrativa. A FATMA quer
72 apoio para continuar e melhorar o trabalho que vem sendo realizado há 29 anos. D) O Senhor
73 Júlio Cesar Coelho, Coordenador Regional da FATMA de Blumenau, falou sobre A SITUAÇÃO
74 DA CERVI/FATMA NO VALE DO ITAJAÍ: DEMANDAS E NECESSIDADES. Explicou o que
75 são as licenças ambientais LAP, LAI e LAO e o cadastramento de empresas instaladas
76 anteriormente ao surgimento da legislação ambiental. Mostrou que a área de jurisdição da CERVI
77 abrange 50 municípios e 2 unidades de conservação; que os déficits de atendimento em 2003 e
78 2004 estiveram respectivamente em 48% e 45% das LAPs, em 83% e 79% das LAIs, em 33% e
79 18% das LAOs e em 22% e 8% das autorizações de corte. Mencionou ainda que a regional está
80 com 7 a 8 mil processos estocados para licenças e autorizações vencidas, que correspondem a uma
81 renda estimada em R\$180.000,00. Por fim apresentou as demandas em termos de pessoal técnico
82 para a CERVI, que soma 30 pessoas. E) O Senhor Rolando Nunes Córdova, representante das
83 associações de municípios, falou sobre o PANORAMA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL
84 NOS MUNICÍPIOS, que tem atuado com base no artigo 6º da Lei 6938/1981, e na resolução
85 237/97 do CONAMA, para o licenciamento municipal, por delegação. A Resolução CONSEMA
86 01/2004, para pequeno e médio potencial poluidor, exige do município a implementação do



87 Conselho Municipal de Meio Ambiente, ter servidores para isto e ter um convenio homologado pelo
88 CONSEMA. Mas a resolução não prevê a participação do Estado na capacitação técnica, legal e
89 administrativa do município, não integra a estrutura existente na FATMA àquelas criadas no
90 município, não faz transferência de recursos, não estabelece critérios para a fiscalização e
91 monitoramento ambiental, não contempla a Agenda Positiva criada pelo Governo do Estado e
92 FECAM e desconsidera a realidade dos municípios de pequeno porte. A realidade dos municípios
93 da bacia do Itajaí é terem demandas crescentes e peculiares, sofrerem a ineficiência das estruturas
94 estaduais responsáveis pelo meio ambiente, com destaque às questões econômicas, desejam se
95 estruturar para a gestão ambiental, a maioria dos municípios é de pequeno porte e o número de
96 atividades a serem licenciadas é pequeno, não justificando a criação de estruturas. Entretanto, o
97 desenvolvimento regional sustentável requer instituições públicas fortes, parceiras e eficientes. F)
98 O Senhor Dr. Adélcio Salvalégio, representante das Associações Comerciais e Industriais, falou
99 sobre A BUROCRACIA AMBIENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES À ECONOMIA NO VALE DO
100 ITAJAÍ. Iniciou dizendo que empresário sério não é contra a proteção ambiental, porque ela
101 permite o desenvolvimento seguro do seu empreendimento. As constantes reclamações dos
102 empresários são: morosidade do processo encaminhado ao órgão ambiental; a surpresa ou não com
103 o pedido de novas solicitações; depois, novas solicitações, protelando soluções; a nítida
104 sobreposição de funções entre órgãos ambientais; a tendência de que quanto mais próxima a
105 atividade mais efetivo o controle, portanto, regionalizar; legislação ambiental é muito confusa.
106 O resultado, não temos, de fato, proteção ambiental. A isto adicionou que os autos de infração
107 devem ser mais claros, dando orientação sobre como devem ser os procedimentos, sugeriu a
108 simplificação e sistematização de controles, constata que há profissionais sem o preparo adequado
109 nos órgãos ambientais e solicita mais agilidade. G) A Senhora Dr. Noemia Bohn, do Comitê do
110 Itajaí, falou sobre os PROBLEMAS AMBIENTAIS NO VALE DO ITAJAÍ: QUESTÃO
111 INSTITUCIONAL, chamando atenção para a complementaridade entre a gestão de recursos
112 hídricos e a gestão ambiental e para a necessidade de se realizar a avaliação ambiental estratégica
113 no âmbito da bacia. Como exemplo, citou a grande quantidade de projetos hidrelétricos, para cujo
114 licenciamento não existem critérios. H) O Senhor Deputado César João Cim, em nome da ALESC,
115 falou sobre O PAPEL DA ALESC NAS QUESTÕES AMBIENTAIS DO ESTADO. Depois de
116 explicar o processo de formulação de leis no Brasil e do interesse do presidente da Assembléia
117 Volnei Morastoni nesta questão, acentuou que a contribuição da ALESC é ouvir e discutir, receber
118 sugestões para fazer leis, que nem tudo que é lei é justo, mas tudo que é justo deve ser
119 transformado em lei. Afirmado que precisamos de regras efetivas, deixou claro o interesse da
120 ALESC em apoiar a discussão iniciada pelo Comitê do Itajaí. I) O Senhor Dr. Alexandre
121 Herculano Abreu, Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Promotor
122 Público, falou sobre O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FISCALIZAÇÃO DAS
123 COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS DO ESTADO. Mencionou que, apesar de tudo, o Vale do Itajaí
124 está melhor que as outras regiões do Estado, que desde 1986 a proteção das matas ciliares passou
125 de 5 a 30 metros, estabelecendo uma função social para a propriedade, sem indenização, podendo
126 ocorrer uma desapropriação indireta, quando não há mais condições de produzir na propriedade.
127 Em todas estas questões a grande pergunta é: quem vai fazer a fiscalização. Recomendações que
128 dá à FATMA: estimular consórcios intermunicipais, deixar prevalecer os valores da integração,
129 pois trabalho conjunta funciona. Sugeriu a elaboração de uma carta de Itajaí, expondo a
130 necessidade de estruturação da FATMA no Vale do Itajaí, apoiada por empresários que necessitam
131 da proteção ambiental, agregando também os agricultores. Levar esta carta ao Governador. Após



132 as exposições houve um debate intenso sobre as informações apresentadas e principalmente sobre
133 os encaminhamentos a serem feitos. Manifestaram-se o represnetante da FECAM, o Eng. Rolando
134 Córdova, o Sr. João Guilherme, Ana Brandt, representante da ANAMA, o Sr. Loenir Lunelli, o Sr.
135 Dante Boni, o Sr. Odair Fernandes, o Sr. Nelson Fidelis, a Sra. Rose Bona e o Sr. Célio Simão.
136 Decidiu-se elaborar uma Carta de Itajaí, para manifestar o posicionamento do Comitê do Itajaí às
137 autoridades estaduais e regionais constituídas. A manifestação consistirá basicamente em solicitar
138 o reaparelhamento da regional da FATMA no Vale do Itajaí. A íntegra das exposições e das
139 discussões foi gravada pela TV UNIVALI e está disponível em VHS. Um pequeno grupo, formado
140 por Rolando Córdova, Odair Fernandes, Ana Cristina Brandt e Beate Frank, ofereceu-se para
141 redigir a Carta de Itajaí, que será submetida à apreciação da Diretoria do Comitê do Itajaí e
142 posteriormente encaminhada a todos. Nada mais havendo a tratar, eu Beate Frank, lavro a presente
143 ata que vai assinada por mim e pela Presidente do Comitê do Itajaí.